

Intervenção no Debate de Actualidade sobre Mobilidade e Transportes Públicos na Cidade de Lisboa, na Assembleia Municipal de Lisboa de 5 de Setembro de 2017

Nesta fase final do mandato, já muito se debateu nesta Assembleia Municipal sobre transportes e mobilidade. No entanto, os problemas estão muito longe de estarem resolvidos.

As queixas continuam a ser diárias e podemos mesmo dizer que os transportes públicos são um serviço que não serve os lisboetas. Os transportes simplesmente não funcionam!

Depois de vários anos de ataques aos transportes por parte da direita, a que o PS assistiu em silêncio, permitindo a redução de horários, de carreiras e a imposição de um recolher obrigatório em várias zonas da cidade, achou este executivo que tudo se resolveria com a municipalização da Carris. Nada mais errado.

A Carris devia manter-se na esfera do Sector Empresarial do Estado e as autarquias dos seis concelhos que são servidos pela empresa deviam ter um papel determinante na gestão deste serviço. É aqui que está a resposta, com a participação das autarquias, da Área Metropolitana, do Governo, dos utentes e dos trabalhadores.

Não podíamos deixar de referir a decisão do Presidente da República sobre a transferência da Carris para o município. Para Os Verdes era imperioso que se salvaguardasse o carácter público da empresa, proibindo qualquer concessão futura. Infelizmente, são muitos os exemplos dos erros das privatizações de serviços fundamentais e a carris não pode vir a ser mais um desses exemplos.

Sobre as questões do financiamento e uma vez que o orçamento para 2017 só tem inscritos 15 milhões para afectar à Carris, era fundamental que o executivo esclarecesse os lisboetas como pretendia financiar os seus custos operacionais que são de 100 milhões de euros.

De onde viria ou virá o dinheiro? Achou o executivo que a solução passaria por continuar a vender património ou por sobrecarregar os munícipes com mais taxas, colocando a EMEL ao serviço desse capricho?

Também sobre o Metro este é o mesmo executivo que concorda com uma visão errada para a expansão da rede, menos útil e mais cara, que aposta numa rede circular que não vai trazer mais passageiros e que esquece zonas como Campolide, Campo de Ourique e toda a zona ocidental - Alcântara, Ajuda e Belém - onde 100 mil habitantes continuam mal servidos de transportes.

Lisboa e os lisboetas pedem há muito uma política que dê prioridade aos transportes públicos colectivos, ao peão, e à mobilidade suave.

Não se constrói uma cidade sem transportes públicos de qualidade, e para isso é preciso reverter a degradação do serviço prestado pelas várias empresas de transporte, apostar na acessibilidade do transporte público que cubra toda a extensão da cidade, olhando para os diferentes modos de transporte à escala metropolitana, apostando na intermodalidade, promovendo uma bilhética única, social e integrada e nos parques de estacionamento junto aos interfaces.

2017 poderia ter sido o início de uma viragem nas políticas de transportes mas nada vai mudar enquanto não houver outra visão sobre a cidade e sobre a área metropolitana.

Há um longo caminho a percorrer e é lamentável que Lisboa esteja a dar passos atrás nesse caminho. Lisboa não pode continuar de costas voltadas para o transporte público colectivo e para a mobilidade sustentável, sob pena de se agravarem os efeitos negativos a nível de poluição, de saúde pública, de congestionamento e de qualidade de vida.

Os Verdes insistem, por isso, que é fundamental concretizar este direito fundamental, o direito à mobilidade, que garante, por sua vez, o acesso a tantos outros direitos como a saúde, a educação, o trabalho e os serviços públicos.

Só assim, contrariando a degradação qualitativa e quantitativa do serviço de transportes públicos em Lisboa, se conseguirá garantir o direito à mobilidade dos cidadãos, com benefícios ambientais, económicos e sociais.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”